

O Papel do Jornalismo no Processo Democrático: A ética do discurso como essência da democracia deliberativa

Heitor Costa Lima da Rocha & Rafael Salviano Marques Marroquim

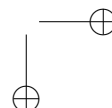
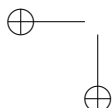
Universidade Federal de Pernambuco, Brazil

E-mail: heitor@nlink.com.br, rafael_marroquim@yahoo.com.br

O noticiário está imerso na realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente. A formação desse presente comum, no entanto, cria, em determinadas situações, fendas na constituição tanto de técnicas quanto no campo do discurso dos meios que contribuem para o desenvolvimento de *fossos da notícia*. No caso específico da análise no campo político - com o envolvimento de atores como movimentos sociais, sociedade civil e os profissionais políticos -, essa disrupção aponta para uma das causas da falta de participação política e também da ausência de crítica com o reforço em mesmos âmbitos discursivos (pseudo-polifonia de fontes).

Ao ambientarem a política sob a lógica do *input* dos votos e do *output* do *poder* (modelo liberal de democracia), os periódicos criam as primeiras fendas na formação do que denominamos de *fosso político da notícia*. A estrutura informativa deste tipo de cobertura - com recorrência às fontes oficiais, foco nas intrigas 'palacianas' do parlamento, ausência de debate e crítica no tratamento de certos temas -, deixa rastros de uma autonomização dos representantes (profissionais políticos) ante a ação dos representados. Neste sentido, o papel do cidadão consiste em escolher periodicamente os seus representantes, restrito ao sustentáculo liberal do voto e não necessitando se envolver diretamente na esfera pública política.

Em ângulo oposto, encontra-se a ampliação dessa arena de visibilidade da vida coletiva compartilha a partir de uma noção mais abrangente da atividade política e de inclusão que, como procedimento, prevê a deliberação entre atores, o diálogo político. Na concepção deliberativa de democracia "as decisões que afetam o bem-estar de uma coletividade devem ser o resultado de um procedimento de deliberação livre e razoável entre cidadãos considerados iguais moral e politicamente" (BENHABIB, 1996, p. 69). Um processo que se alimenta e depende de informação.



Do ponto de vista de práticas malsucedidas e certezas de ação abaladas, as argumentações divulgadas pela mídia procuram ter uma espécie de função reparadora. Isto explica por que os participantes da argumentação reconhecem não ter motivos para manter a atitude reflexiva, após o esgotamento de todas as objeções apresentadas, e se convencem da legitimidade de uma pretensão de verdade, compreendendo esta bem-sucedida desproblematização da discussão sobre a verdade como um sinal para retomar uma postura ingênua diante do mundo (HABERMAS, 2004, p. 50).

No lugar da resistência dos objetos, nos quais nos deparamos no mundo da vida, o jornalismo deve expor nas controvérsias o embate dos adversários sociais, cujas orientações axiológicas entram em conflito. No entanto, para que as pretensões de validade moral articuladas pelo jornalismo atinjam a força de um reconhecimento de legitimidade análoga à verdade, é preciso que se orientem por uma expansão constante dos pontos de vista de setores sociais excluídos na discussão pública, para que possa se compensar a ausência da referência ao mundo objetivo. Assim, cabe-se refletir sobre as modalidades de acesso no campo jornalístico e de uma postura normativa e pós-convencional de verdade que garanta a incursão deliberativa de temas e ações no espaço público de modo a diminuir as fendas assentes no distanciamento patente entre representantes e representados no mundo da vida.

A imprescindível interação da política e da comunicação

Assim como falar de política sem levar em conta os seus aspectos comunicativos é emasculá-la de sua dimensão humana maior, que é a da racionalidade, analisar a comunicação sem questionar as suas implicações políticas é fechar os olhos ao seu critério mais relevante: as relações de poder que necessariamente são estabelecidas entre os interlocutores, como iguais, superiores ou inferiores. Ou seja, a formação de sentido e identidade, inerente à construção social da realidade, é sempre um processo, ao mesmo tempo, comunicativo e político.

Na reconstrução histórica que Habermas (1984) realiza na *Mudança estrutural da esfera pública*, o jornalismo é reconhecido como a instituição por excelência da opinião pública, a qual erige como fonte única e exclusiva de

legitimação das leis do estado de direito, minando o fundamento teocrático da monarquia e criando as bases da legitimação democrática da sociedade moderna. A partir de então, observa que o desenvolvimento da sociedade pode ser identificado na relação que a esfera pública articulada pelo jornalismo – como racionalização pública sobre o exercício do poder – mantém com o Estado.

Por outro lado, não só na atual sociedade midiaticizada, mas desde o seu advento, é inegável a utilização do jornalismo como instrumento de dominação, desenvolvendo um discurso naturalizador para reprodução do sistema estabelecido. Assim, além destas funções sistêmicas, desde os seus primórdios, a questão da capacidade do jornalismo de produzir efeitos sobre a sociedade já se configurava como uma ameaça à estrutura de poder estabelecida, evidenciando seu caráter ambíguo (ESTEVES, 2003, p. 153): por um lado, representava um instrumento de dominação; mas, também, por outro, constituía-se num fator de libertação, emancipação de tutelas e esclarecimento.

A perspectiva estruturalista de Stuart Hall também compartilha a idéia de que a mídia exerce um papel relevante na reprodução da ideologia dominante, mesmo que salientando o caráter inconsciente e involuntário com que “os *media* têm-se transformado efetivamente num aparelho do próprio processo de controle – um aparelho ideológico de Estado” (HALL et alli, 1999, p. 248).

O controle sistêmico que o jornalismo, geralmente, exerce na preservação da estrutura de poder, contudo, na visão dos estruturalistas, também não se constitui num processo fechado, pois os veículos de comunicação de massa não fazem parte do aparelho de Estado, possuem lógicas e interesses próprios que podem levá-los a entrar em conflito com os poderosos definidores primários da notícia, bem como angariar vantagens com as possíveis disputas entre as instituições da estrutura de poder.

A tremenda desigualdade no poder de definir a agenda midiática, existente na relação entre os jornalistas e os poderosos do Estado e do mercado, fica patente na distinção que os estruturalistas fazem desses agentes sociais como definidores primários da notícia, enquanto os profissionais da imprensa figuram apenas como definidores secundários.

A construção do consenso no idioma público da mídia, portanto, na visão dos estruturalistas, não prescinde da facticidade (coação de pressões externas), mas a realização dessa função perlocucionária depende mais dos valores-notícias contidos nas práticas profissionais para induzir à reprodução da ordem

institucional vigente. Desta maneira, coincide com a distinção observada por Terry Eagleton (1997, p. 122) sobre as duas dimensões da ideologia: uma externa ao discurso (ou extradiscursiva), manipulada pelos meios de controle sistêmicos dinheiro e poder; e outra interna aos discursos (ou intradiscursiva), respaldada no pano de fundo da tradição cultural, em que “lacunas, repetições, elisões e equívocos são significantes” para compreensão de determinada “forma de comunicação sistematicamente distorcida”.

Na sua análise retrospectiva do desenvolvimento da mídia informativa, Habermas (1984, p. 216) vê surgir historicamente a face dignificante do jornalismo na medida em que se desenvolve o empreendimento empresarial na nova ordem social burguesa:

Só com o estabelecimento do Estado burguês de Direito e com a legalização de uma esfera pública politicamente ativa é que a imprensa crítica se alivia das pressões sobre a liberdade de opinião; agora ela pode abandonar a sua posição polêmica e assumir as chances de lucro de uma empresa comercial.

Contraditoriamente, nas páginas seguintes, atribui ao mercado jornalístico a perda de sua capacidade crítica:

o jornal acaba entrando numa situação em que ele evolui para um empreendimento capitalista, caindo no campo de interesses estranhos à empresa jornalística e que procuram influenciá-la. A história dos grandes jornais na segunda metade do século XIX demonstra que a própria imprensa se torna manipulável à medida que ela se comercializa. Desde que a venda da parte redacional está em correlação com a venda da parte dos anúncios, a imprensa, que até então fora instituição de pessoas privadas enquanto público, torna-se instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas – ou seja, pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública. (HABERMAS, 1984, p. 217-218)

Contudo, esta confusão entre a manipulação com intuito político e a busca do lucro não passa completamente despercebida por Habermas, que acredita que o interesse econômico poderia ter sido preservado sem o comprometimento político.

Ora, a invasão da esfera pública pela publicidade – invasão tornada economicamente necessária – não precisaria ter enquanto tal por consequência provocar por si a modificação dela. Assim como, desde o segundo terço do século passado, os jornais começaram a separar da parte redacional um

espaço para anúncios, assim também uma separação das funções jornalísticas ligadas ao pensamento das pessoas privadas enquanto público poderia ter deixado essencialmente intacta a esfera pública, criando uma representação pública de interesses privados individuais ou, então, coletivos. Mas não se chegou a formar uma tal esfera pública economicamente separada da esfera pública política, uma esfera pública jornalístico-publicitária com a sua origem própria e específica; a representação jornalístico-publicitária de privilegiados interesses privados esteve desde o começo plenamente amalgamada com interesses políticos. (HABERMAS, 1984, p. 225-226)

Desta maneira, contrapõe à face positiva de racionalização pública uma outra faceta da comunicação social, quando, em meados do século passado, credita à mercantilização da sociedade uma “refeudalização” da esfera pública, onde passa a ser manipulado o processo de construção de sentido para induzir as massas à alienação e ao conformismo, transformando a sua visibilidade pública, antes fator de esclarecimento, em instrumento de dominação através da formação de pseudo-consensos:

Naturalmente, o consenso fabricado não tem a sério nada em comum com a opinião pública, com a concordância final após um laborioso processo de recíproca ‘Aufklärung’, pois o ‘interesse geral’, à base do qual é que somente seria possível chegar a uma concordância racional de opiniões em concorrência aberta, desapareceu exatamente à medida que interesses privados privilegiados a adotaram para si a fim de se auto-representarem através da publicidade. (HABERMAS, 1984, p. 228-229)

No entanto, esta manipulação não é uma decorrência inevitável do caráter comercial das empresas jornalísticas, mas antes se apresenta como uma intervenção política e ideológica da estrutura de poder que contraria os interesses específicos do investimento de capital na mídia noticiosa.

Na defesa da eventualidade desta possibilidade, Hallin (1995, p. 11) aponta o fato da estrutura de poder apresentar divisões entre os grupos de elite que a compõem que viabilizam ao jornalismo a expansão da controversia legítima. No mesmo sentido registra a existência de contradições entre o interesse de estabilização do sistema e a necessidade econômica da mídia noticiosa de aumentar a sua representatividade e legitimidade diante do seu público, para valorizar o seu espaço comercial (HALLIN, 1995, p. 32).

Por conseguinte, evidencia-se a tensão decorrente da dupla identidade social da mídia noticiosa de se constituir em empresa comercial e, ao mesmo,

tempo, numa instituição cultural de produção de sentidos (HALLIN, 1995, p. 34). Este fato explica a existência da permanente, complexa e imbricada tensão entre os interesses comerciais da empresa e a sua função social. Neste contexto, o desempenho do jornalista depende da construção de um acervo de conhecimento de excelência profissional que o habilite a perceber as contradições internas da estrutura de poder, entre esta e os interesses comerciais da empresa jornalística e ainda entre as aspirações instrumentais do veículo e a demanda por sentido e legitimidade da sociedade.

Assim, o profissional deve perceber que a sua lealdade maior, para conquista de um conceito de excelência profissional, é com a objetividade do que é intersubjetivamente reconhecido como válido pelo seu auditório, mas também que leve em conta que ele é composto por pessoas em processo de aprendizagem. Isto implica numa concepção de “verdade normativa” de postura pós-convencional, que contemple não só o que está convencionado no consenso social, mas também as aspirações dissensuais, contra-hegemônicas e contra-factuais (utópicas) que almejam a construção de uma sociedade com potenciais menores de conflito e violência e, conseqüentemente, com uma vida menos ameaçada e mais autêntica.

Desta maneira, embora não se possa deixar de reconhecer os desafios colocados à formação de opinião e vontade política na esfera pública que aproximem o ideal do auto-governo racional da sociedade, devido às desigualdades estruturais e individuais, é possível perceber aspectos pragmáticos e concretos que evidenciam o empoderamento do público.

Um exemplo disso na dimensão estrutural é a impossibilidade dos interesses particulares poderosos (não-públicos), a despeito dos meios de controle sistêmicos que dispõem, de se legitimarem abertamente na visibilidade midiática. Outra realidade, na dimensão individual, que fortalece a compreensão sobre a posição ativa do público é a competência comunicativa das pessoas socializadas numa língua de perceberem claramente a diferença entre a situação em que estão integradas numa discussão livre em que o seu discernimento é considerado, tendo direito de voz e voto, daquela em que são vítimas de uma violência, um exercício de força, quando são ameaçadas com intimidações ou através da cooptação pelo dinheiro.

Contudo, este reconhecimento não pode obscurecer as desigualdades sistêmicas e individuais de como se dá a participação dos atores na esfera pública articulada pela mídia.

As estruturas da esfera pública refletem assimetrias inevitáveis no tocante às informações, isto é, quanto às chances desiguais de intervir na produção, validação, regulação e apresentação de mensagens. E é preciso acrescentar a essas limitações sistêmicas a distribuição casual e desigual das capacidades individuais. As fontes da participação em comunicações políticas são geralmente escassas, ou seja: o tempo do qual cada indivíduo dispõe é exíguo; a atenção prestada aos temas, que têm a sua própria história, é episódica; a disposição e a capacidade de dar contribuições próprias para esses temas é pouca; finalmente, existem enfoques oportunistas, afetos, preconceitos etc., que prejudicam uma formação racional da vontade. (HABERMAS, 1997, p. 54)

Na análise dos tipos de atores que participam da construção de sentido no espaço público, cujo número se multiplica e se profissionaliza devido à complexidade organizacional e ao alcance da mídia, Habermas (1997, p. 96) observa que a conquista de influência política obtida na comunicação pública tem que ser apoiada, “em última instância, na ressonância ou, mais precisamente, no assentimento de um público de leigos que possui os mesmos direitos”.

Para a concepção habermasiana, este fato vai conferir autoridade ao público porque o seu convencimento é definitivo para a definição de sentido sobre os temas considerados relevantes para figurar na pauta de discussão.

O público dos sujeitos privados tem que ser convencido através de contribuições compreensíveis e interessantes sobre temas que eles sentem como relevantes. O público possui esta autoridade, uma vez que é constitutivo para a estrutura interna da esfera pública, na qual atores podem aparecer. (HABERMAS, 1997, p. 96)

Assim, o ceticismo da concepção que vê na produção jornalística exclusivamente a manipulação ideológica dos grandes interesses particulares da estrutura de poder pode ser refutado categoricamente.

No entanto, temos que fazer uma distinção entre os atores que surgem do público e participam na reprodução da esfera pública e atores que ocupam uma esfera pública já constituída, a fim de aproveitar-se dela. Tal é o caso, por exemplo, de grandes grupos de interesses, bem organizados e ancorados em sistemas de funções, que exercem influência no sistema político através da esfera pública. Todavia, eles não podem usar manifestamente, na esfera pública, os potenciais de sanção sobre os quais se apóiam quando participam de negociações reguladas publicamente ou de tentativas de pressão

não-públicas. (...) E as opiniões públicas que são lançadas graças ao uso não declarado de dinheiro ou poder organizacional perdem credibilidade, tão logo essas fontes de poder social se tornam públicas. Pois as opiniões públicas podem ser manipuladas, porém não compradas publicamente, nem obtidas pela força. (HABERMAS, 1997, p. 96-97)

Portanto, na construção da opinião pública, o sentido é sempre compartilhado ou não é sentido. Para Tzvetan Todorov (2000, p. 20), “o sentido nasce do encontro de dois sujeitos, e esse encontro recomeça eternamente. O sentido é liberdade e a interpretação é o seu exercício”.

Neste sentido, o jornalismo exerce um papel central e estratégico como lugar de referência, para as pessoas individualmente e, conseqüentemente, na formação de sentido e na construção social da realidade. E, no desempenho desta missão imprescindível para o processo civilizatório, não pode deixar de ser reconhecido por sua capacidade de fortalecer o sentido compartilhado através da inclusão dos setores dissensuais, contra-hegemônicos e contrafactuais, conferindo maior coesão social e, assim, maior consistência aos projetos de vida subjetivos dos indivíduos e intersubjetivos da sociedade entendida como o vínculo que une todos ao seu destino coletivo.

Este processo virtuoso, contudo, enfrenta a fragmentação da consciência e a falta de coesão social como conseqüência da alienação e da crise de anomia que abala os princípios e valores das normas morais.

O esforço civilizatório, assim, enfrenta o que Adorno (1985, p. 120-122) denomina de “idioma da naturalidade”, que cria “o paradoxo da rotina travestida de natureza”, procurando blindar a ordem institucional de questionamentos ao colocar “as formas reais do existente como algo de absoluto”. Para Barthes (2003, p. 151-152), a naturalização “transforma a história em mito”, uma vez que a torna “simultaneamente imperfectível e indiscutível: o tempo e o saber nada lhe podem acrescentar ou subtrair”, desta forma se constituindo na “função essencial do mito”. Desta maneira, pode-se perceber a reificação como resultado do processo de naturalização, conforme a definição de Peter Berger e Thomas Luckmann (1985, p. 122-123):

A reificação é a apreensão dos fenômenos humanos como se fossem coisas, isto é, em termos não humanos ou possivelmente super-humanos. Outra maneira de dizer a mesma coisa é que a reificação é a apreensão dos produtos da atividade humana como se fossem algo diferente de produtos humanos, como se fossem fatos da natureza, resultados de leis cósmicas

ou manifestações da vontade dividida. A reificação implica que o homem é capaz de esquecer sua própria autoria do mundo humano, e mais, que a dialética entre o homem, o produtor, e seus produtos é perdida de vista pela consciência. O mundo reificado é por definição um mundo desumanizado.

Neste processo de objetivação, o mundo social passa a ser percebido pelo homem como algo situado fora dele, como uma facticidade não-humana, e “os significados humanos não são mais entendidos como produzindo o mundo, mas como sendo, por sua vez, produtos da natureza das coisas” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 123), exatamente como faz a teoria do espelho no jornalismo, ao tentar explicar como as notícias são com a afirmação de que é a própria realidade que assim as determina.

A reificação resultante da naturalização faz com que a ordem institucional como um todo seja aceita como uma fatalidade, bem como os papéis desempenhados pelos indivíduos:

Os papéis podem ser reificados da mesma maneira que as instituições. O setor da autoconsciência objetivado num papel é então também apreendido como uma fatalidade inevitável, podendo o indivíduo negar qualquer responsabilidade. A fórmula paradigmática desta espécie de reificação é a proposição ‘não tenho escolha neste assunto, tenho de agir desta maneira por causa de minha posição’, como marido, pai, general, arcebispo, presidente da diretoria, bandido ou carrasco, tal seja o caso. (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 125)

A crise de sentido subjetiva (reificação) e intersubjetiva (anomia) evidencia-se no sentimento de estranhamento vivenciado pelo indivíduo no mundo moderno e na escassez de utopias nas sociedades contemporâneas. Segundo Paul Ricoeur (2008, p. 162), a “ausência de projeto coletivo conjuga-se com o aniquilamento das normas e com o esquecimento das heranças tradicionais”. E acrescenta que “somente aquele que conserva no mais profundo de sua convicção a exigência de uma síntese da liberdade e do sentido, do arbitrário e da instituição, pode viver de modo sensato o conflito central da sociedade moderna” (RICOEUR, 2008, p. 180).

O processo de formação de sentido, compartilhado coletiva e publicamente, portanto democrático, é sempre comunicação e necessariamente abrange os conflitos de interesses ideológicos e utópicos.

Assumo a tese de Habermas segundo a qual todo saber está baseado num interesse, e também a teoria crítica das ideologias está fundada num in-

teresse, no interesse pela emancipação, vale dizer, pela comunicação sem limites e sem entraves. Contudo, precisamos notar que esse interesse funciona como uma ideologia ou como uma utopia. E não sabemos qual das duas, pois somente a história ulterior decidirá entre as discordâncias estereis e as discordâncias criadoras. (RICOEUR, 2008, p. 105-106)

A inclusão do cidadão no processo de formação de sentido e de deliberação pública implica, para Berger e Luckmann (2004, p. 88), a existência de instituições – que classificam de “intermediárias” - que exatamente “agem com essa finalidade de intermediação entre as grandes instituições, as diversas comunidades e o indivíduo”. Este fato tem implicações na política dos meios de comunicação:

Faz parte da responsabilidade e, segundo nossa opinião, também da possibilidade concreta de realização das lideranças das entidades comunicadoras de sentido, como, por exemplo, os meios de comunicação de massa, apoiar as instituições intermediárias no âmbito de um mercado “desregulado” de oferta de sentido. (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 83)

Nesta perspectiva contrutivista, é identificada grande diferença entre as “ofertas morais do Estado, das Igrejas e de outros empresários morais que chegam ao indivíduo via meios de comunicação de massa, e as atitudes de valor do próprio indivíduo” (BERGER; LUCKMANN, p. 90). Por isso, idealmente, as “instituições intermediárias” desempenham um papel com duas faces, quando olham “para cima”, para as grandes instituições, e quando se dirigem “para baixo”, para a vida do indivíduo.

Somente quando as instituições intermediárias contribuírem para que os padrões subjetivos de experiência e de ação dos indivíduos participem da discussão e estabelecimento de sentido, será possível evitar que os indivíduos se sintam totalmente estranhos no mundo moderno; e somente então será possível evitar que a identidade das pessoas individuais e a coesão intersubjetiva das sociedades sejam ameaçadas ou, até mesmo, destruídas pela afecção de crises da modernidade. (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 90-91)

Portanto, o processo de empoderamento da sociedade e da cidadania do indivíduo previsto numa concepção deliberativa ou discursiva da democracia representa o interesse das ciências críticas pela emancipação de tutelas, que esvaziam de sentido os projetos de vida subjetivos do indivíduo e intersubjetivos da sociedade.

Jornalismo e modelo liberal de democracia

A apreensão da política pelos media revela o modo como são interpretadas as noções de cidadão e mesmo de Estado na construção das notícias. Conforme os apontamentos de Gans (1979, p. 50), o individualismo, compreendido como um valor moral, concerne à “preservação da liberdade do indivíduo contra as coerções da nação”. Na concepção liberal, esse processo é admitido por dois vértices: o Estado, como aparato da administração pública, e a sociedade, como sistema de circulação de pessoas segundo leis de mercado.

O modelo liberal de democracia é medido segundo os direitos individuais que dispõem os cidadãos em relação ao Estado. O direito é entendido pelo limiar subjetivo: são “direitos negativos que garantem um espaço de atuação alternativo em cujo limite as pessoas (...) se vêem livres de coações externas” (HABERMAS, 2002, p. 271). No campo político, o papel do cidadão consiste em escolher periodicamente os seus representantes, não necessitando se envolver diretamente na esfera pública política. “Na verdade, a tendência da democracia liberal é considerar que os problemas relativos à articulação de sociedades complexas são um problema de governabilidade” (SILVEIRINHA, 2008, p. 5).

A natureza desse processo político navega, essencialmente, na luta estratégica por posições para disputa pelo poder. A formação de vontade e opinião é assentada no sistema partidário-representativo, coordenação geral de interesses e controvérsias sociais. Os conflitos morais, por sua vez, transformam-se em quantificação, princípios subjacentes de escolha por meio do voto. Envolto nesse jogo de cena da disputa elitista pelo poder, os jornais pouco avançam na construção de argumentos e mudanças no público.

Tal qual o cotidiano de uma corte fica patente a construção de discursos que se utilizam da lógica dos embates particulares e subalternos, a política dada no seu sentido mais palaciano. As polémicas ganham mais relevância que os temas políticos propriamente ditos. A encenação dessas “intrigas palacianas” acaba por ressaltar a epiderme dos acontecimentos (disputas em muitos casos pessoais) ao invés de lançar mão à proposição de políticas virtuais que podem passar a existir efetivamente. O verdadeiro debate dotado de pretensões legítimas ao espaço público fica, nessa atitude cênica, à deriva do espetáculo, coadjuvante na ação dos políticos.

O fazer político, dessa forma, acaba esvaziado, restrito muitas vezes aos “capitães hereditários” representantes das mesmas oligarquias e de uma população cada vez mais descrente da real dimensão do espaço público enquanto locus para garantia de direitos e melhorias nas democracias atuais. A política, vislumbrada nesses termos, recai na falsa ilusão de que é “imoral” ou algo “restrito à atuação dos profissionais políticos”. As notícias veiculadas contribuem com essa autonomia e, por conseguinte, com o sentimento de inércia por parte do público no que se refere a sua ação no espaço público. Quando midiaticizada nessas condições, cria-se um verdadeiro *fosso político da notícia* ao alargar a fenda entre representantes e representados.

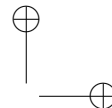
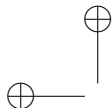
Desta maneira, o modelo liberal nega categoricamente aos seres humanos a possibilidade de uma ação racional para construção do entendimento em torno de seu destino coletivo, atribuindo esta tarefa exclusivamente humana à entidade fetichizada do mercado. Assim, dissocia completamente o papel desempenhado pelo jornalismo na articulação da opinião pública da qualidade do processo democrático vivido pela sociedade.

Neste sentido, o modelo republicano representa, ao contrário, uma afirmação da capacidade das pessoas de agirem racionalmente na resolução de seus problemas almejando conceitos como a soberania popular e o autogoverno da sociedade.

Com isso, a arquitetônica liberal do Estado e da sociedade sofre uma mudança importante. Ao lado da instância hierárquica reguladora do poder soberano estatal e da instância reguladora descentralizada do mercado, ou seja, ao lado do poder administrativo e dos interesses próprios, surge também a solidariedade como terceira fonte de integração social. (HABERMAS, 2002, p. 270)

A partir do reconhecimento deste mérito do modelo republicano de “se afirmar no sentido radicalmente democrático de uma auto-organização da sociedade pelos cidadãos em acordo mútuo por via comunicativa e não remeter os fins coletivos tão-somente a um ‘deal’ (uma negociação) entre interesses particulares opostos”, segundo Habermas (2002, p. 276), pode-se, também, identificar desvantagens nesta concepção.

Como desvantagem, entendo o fato de ele ser bastante idealista e tornar o processo democrático dependente das virtudes de cidadãos voltados ao bem comum. Pois a política não se constitui apenas – e nem sequer em primeira



linha – de questões relativas ao acordo mútuo de caráter ético. O erro reside em uma condução estritamente ética dos discursos políticos.

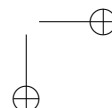
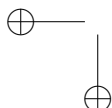
Portanto, ao conferir ao procedimento comunicativo um aspecto central do seu modelo de democracia deliberativa, Habermas evidencia a importância que a qualidade da articulação da opinião pública pelo jornalismo implica no processo democrático.

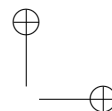
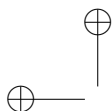
Deliberação e idioma público da mídia

O pressuposto de que a democracia carece de cidadãos informados e linguisticamente competentes por meio de uma racionalidade comunicativa não se restringe a tomada de decisão durante as eleições, mas se estende às decisões e à participação do público sobre questões políticas. Essa ampliação da arena de visibilidade da vida coletiva compartilha de uma noção mais abrangente da atividade política e de inclusão. Como procedimento, prevê a deliberação entre atores, o diálogo político.

Na concepção deliberativa de democracia “as decisões que afetam o bem-estar de uma coletividade devem ser o resultado de um procedimento de deliberação livre e razoável entre cidadãos considerados iguais moral e politicamente” (BENHABIB, 1996, p. 69). Um processo que se alimenta e depende de informação. O campo do jornalismo é um dos responsáveis por essa pronúncia-discernimento, afinal, uma pessoa, individualmente, não pode antecipar e prever que significados políticos serão percebidos pelos outros. Do mesmo modo, um indivíduo isolado não tem como adquirir informações consideradas relevantes para uma determinada decisão afetando-a como um todo. “Deliberação é um procedimento de tornar-se informado” (BENHABIB, 1996, p. 71).

O ponto de partida, e também de chegada, organiza-se na legitimação das instituições democráticas pela esfera pública, não separada da função de produção das decisões. Os atos de fala, questionamentos, devem ser governados em condições simétricas, abertas ao debate. Regras de limitação da agenda pública são excluídas, e abre-se margem uma noção de norma sempre posta em questão. Por essa razão, mesmo um ideal de procedimento deliberativo não irá, no geral, produzir consensos. Mesmo se existe desentendimento, e as decisões são tomadas por uma maioria, “os participantes podem recorrer





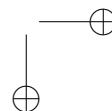
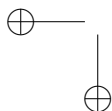
a situações que são geralmente reconhecidas como tendo determinado significado, como base apropriada para escolha coletiva, mesmo entre os que discordam do resultado alcançado” (COHEN, 1996, p. 100).

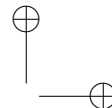
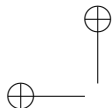
O estabelecimento do consenso por meio de um dissenso consentido é atribuído, à deriva do agonismo político, a uma absorção dos riscos e pela proteção de um consenso de fundo. Esse processo subjaz uma interação entre discursos, produzindo diversos níveis de entendimento e informações sobre questões e problemas socialmente definidos. O esclarecimento recíproco, intermediado por críticas e reavaliações, cria um novo estado de coisas, justificados por instrumentos argumentativos. “A natureza mesma da interação discursiva porta consigo um conjunto de requisitos pragmáticos – que, portanto não podem ser desrespeitados por quem quiser argumentar com sentido – que finda por inaugurar uma ética da argumentação” (GOMES, 2008, p. 73).

Os elementos discursivos no campo da política não se orientam, necessariamente, apenas ao entendimento mútuo. A idealização, ou “condução estritamente ética”, na composição de argumentos na esfera pública, também se relaciona aos acordos (deal) próprios do modelo democrático-liberal. Isso porque na avalanche de interesses, quando consensos precisam ser compensados, é necessário que se estabeleçam negociações e sanções entre as potencialidades de poder. As razões diversas são agrupadas numa pré-disposição à cooperação entre partidos, opiniões. A política dialógica não afasta, de todo modo, a ação estratégica. A teoria do discurso e a instrumental, quando institucionalizadas suficientemente, podem ser medidas por procedimentos de justificação racional e mesmo normativa do ponto de vista da justiça como elucidada Habermas (2002, p. 278):

Esse procedimento democrático cria uma coesão interna entre negociações, discursos de auto-entendimento e discursos sobre a justiça, além de fundamentar a suposição de que sob tais condições se almejam resultados ora racionais, ora justos e honestos. Com isso, a razão prática desloca-se dos direitos universais do homem e ou da eticidade concreta de uma determinada comunicação e restringe-se a regras discursivas e formas argumentativas que extraem seu teor normativo da base validativa da ação que se orienta ao estabelecimento de um acordo mútuo, isto é, da estrutura da comunicação lingüística.

A preocupação, portanto, é de se chegar a decisões consideradas relevantes na ação coletiva, no interesse comum entre cidadãos. Os que compõem o





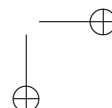
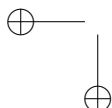
debate devem buscar os interesses e resultados legítimos, o que não se distancia de um acordo, negociação. Nesse patamar, a democracia deliberativa se constitui “o modelo conceitual e institucional mais adequado para teorizar a experiência democrática de sociedades complexas” e para “permitir a expressão da diferença sem fraturar a identidade do corpo político sem se subverter às atuais formas de soberania política” (BENHABIB, 1996, p. 5-6). Nessa re-composição permanente de hegemonia, o espaço público tende a atrair das margens as minorias, de modo a inseri-las numa atitude democrática e participativa.

O papel do campo do jornalismo nessas condições é o de diminuir as desigualdades sociais entre interlocutores na esfera discursiva, ponto central organização do discurso público não como retroalimentação do poder político, mas como aporte de influência sobre o poder administrativo, pondo em causa a possibilidade de deliberação dos assuntos. As assimetrias no plano comunicacional, exclusão de debates do idioma público da mídia, reiteram a não-pauta, a ausência de vozes ou ruídos da opinião.

Acessos no campo político

O despertar em opinião se relaciona a uma tríplice cadeia de construção entre instâncias: o poder político, o jornalismo e o público. A inserção do debate nas sociedades complexas não pode ser entendida sem a presença dessas categorias. A ação de qualquer delas no que diz respeito às demais desequilibra o caráter deliberativo das decisões, criando situações distintas na interpretação da realidade sobre os acontecimentos, bem como as possibilidades de significá-los diante da vida coletiva. O devir no espaço público pode ser equacionado segundo esses norteadores, importando verificar como eles se posicionam em uma situação determinada.

A orientação nos fluxos da comunicação segue, de acordo com Habermas (1997), três modelos na proposição de temas e politicamente relevantes. Eles são divididos em modelo de acesso interno (inside access model), de mobilização (mobilization model) e de iniciativa externa (outside initiative model). As mudanças entre os termos compreendem, simplificada, a influência que circula entre a esfera pública e o sistema político. No primeiro caso, os profissionais do campo da política são os responsáveis pela propositura de te-



mas, disseminada por canais da esfera de poder até mesmo sem a participação expressiva da opinião.

No segundo, a iniciativa também parte dos profissionais políticos, embora com o consentimento da esfera pública para que seja alcançada a legitimação suficiente na proposição ou decisão. Na perspectiva liberal poderia ser considerado como os referendos, votações de caráter não periódico para aprovação de uma medida uma vez que existe um dissenso entre os atores da política institucionalizada. Por fim, no terceiro modelo, a iniciativa parte dos que se encontram à margem de condições para mobilização formal do público, reunidos em torno da opinião. Habermas (1997) atribui a esse último a capacidade de articular uma demanda; tentar propagar em outros grupos da população o interesse na discussão proposta, a fim de angariar visibilidade na agenda pública e fazer “pressão” naqueles que possuem poder de decisão, obrigando-os a inscrever a matéria na agenda formal.

Habermas (1997) considera que a sociedade civil está mais suscetível a despertar uma opinião generalizada, já que as estruturas comunicacionais estão intimamente vinculadas aos domínios da vida privada, fazendo da periferia o termômetro social para novos problemas, ao captar problemas e identificá-los antes que os centros da política. A desobediência civil, nessas circunstâncias, torna-se imperativo, pois se situa no estrado da busca por uma maior audiência e, conseqüentemente, de legitimidade no terreno político-jornalístico.

Essas transgressões simbólicas, violentas ou não, surgem como contraponto a atitudes de governança avaliadas como ilegítimas e atacam, no geral, em dois portos. Em um deles, “apelam aos responsáveis e mandatários, para que retomem deliberações políticas formalmente concluídas, e para que revisem eventualmente suas decisões”. No outro, “para o juízo crítico de um público de pessoas privadas, a ser mobilizado através de meios não-convencionais” (HABERMAS, 1997). A opinião é, dessa maneira, contrastada aos conteúdos e aspectos normativos do Estado de direito na tentativa de revigorá-lo ante a pasmeceira e conformidade usualmente disposta nas notícias.

O processo narrativo da construção de notícias perpassa espaços onde a realidade pode ser objetivada, vista sob os olhos de quem assiste e também participa às representações cotidianas. O lugar de encontro entre essas esferas tangíveis pode também ser considerado como um “palco”, onde discursos se materializam diante de estratégias de encenação. A opinião como expres-

são figurativa do campo do jornalismo personifica atos coletivos em adjetivos singelos, assume a posição de uma coletividade. Em sua janela sobre as ditaduras invisíveis, Eduardo Galeano (2007) escreve que a liberdade de opinião permite que você escute aqueles que opinam em seu nome.

Referências

- ALSINA, Miquel Rodrigo. *A construção da notícia*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. *Modernidade, pluralismo e crise de sentido*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BENHABIB, Seyla. Toward a Deliberative Model of Democracy Legitimacy. In: *Democracy and Difference: contesting the boundaries of the political*. New Jersey: Princeton University Press, 1996.
- EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: USP: Editora Boi tempo, 1997.
- ESTEVES, João Pissara. *Espaço público e democracia: comunicação, processo de sentido e identidade social*. São Leopoldo/RGS: Unisinos, 2003.
- GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.
- HABERMAS, Jürgen. *A ética da discussão e a questão da verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004a.
- _____. *A Inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2002.
- _____. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- _____. *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. II, 1997.
- _____. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

_____. *Verdade e justificação*. São Paulo: Edições Loyola, 2004b.

HALL, Stuart e outros. A produção social das notícias. In: TRAQUINA, Nelson. *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega Editora, 1999.

HALLIN, Daniel C. *We keep America on top of the world: television journalism and the public sphere*. London/New York: Routledge, 1994.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

RICOEUR, Paul. *Hermenêutica e ideologias*. Petrópolis: Vozes, 2008.

RORTY, Richard. Pragmatismo, filosofia analítica e ciência. In: PINTO, Paulo Roberto Margutti *et al.* (Orgs). *Filosofia analítica, pragmatismo e ciência*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

TODOROV, Tzvetan. Prefácio. In: BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.